DIÁRIO DO NORDESTE

Fortaleza, Ceará — Sexta-feira, 23 de abril de 1993

ÍNDIOS

Miguel Portela

Pedida demarcação de terras

A cultura indígena pode ser vista até amanhã na Praça José de Alencar. Uma grande barraca está armada no local mostrando parte da origem dos índios, destacando suas manifestações através da música, dança e artesanato. Os índios aproveitam a ocasião para protestar contra a morosidade com que o governo vem tratando da demarcação de terras. A principal reivindiçação é a delimitação de 5.900 hectares em Almofala. Segundo o tremembé João Venâncio, a Funai já providenciou o alinhamento do terreno, mas até agora o Ministério da Justiça não assinou a demarcação (Página 11).

Índios acampam no Centro para pressionar governo

Como parte da Campanha pela Demarcação das Terras Indígenas no Ceará, deflagrada no último dia 14, cerca de 60 remanescentes índios das tribos Tapeba e Tremembés montaram, ontem, uma grande barraca na Praça José de Alencar onde mostraram parte de sua origem e cultura sob a forma de artesanato, músicas e danças típicas. A manifestação teve também um cunho político, na medida em que protestou contra a morosidade com que o governo federal vem tratando a questão das terras indígenas. Vestidos como homens brancos, mas, enfeitados com colares e cocares coloridos, os índios pretendem ficar acampados até amanhã no centro da cidade.

A principal reivindicação dos Tremembés é a demarcação de 5.900 hectares de terra, situados em Almofala, distrito de Itarema. De acordo com João Venâncio, um dos líderes da tribo, a Fundação Nacional do Índio (Funai) já providenciou o alinhamento do terreno, mas, até agora o ministro da Justiça, Maurício Corrêa, não assinou a demarcação. A luta dos cerca de três mil tremembés já se arrasta por mais de cinco anos. "A força do índio é a terra. Sem ela nós não podemos viver com dignidade nem preservar nossos costumes mais antigos", observou Venâncio.

Enquanto a demarcação não se define, as últimas 400 famílias de tremembés vivem de forma dispersa e não lembram em nada uma tribo. A maioria sobrevive de pesca, artesanato, agricultura e venda de remédios à base de plantas medicinais. "Se a gente conseguir terra, a situação melhora porque aí vai dá para plantar e até criar uns animais", explica o chefe índio. Para ele a demora do governo federal está ligada à pressão feita por alguns parlamentares cearenses a quem a demarcação não interessa. "São pessoas que querem continuar dominando a população e não permitem que os índios tenham seu lugar", denuncia.

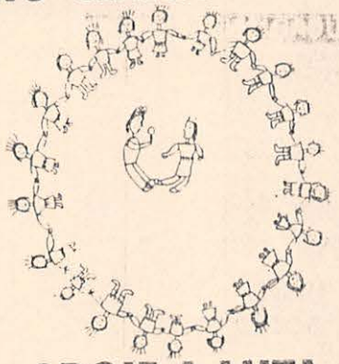
TAPEBA

A situação dos índios tapeba não difere muito da dos tremembés. Massacrados pela fome e pela ameaça de cólera no Rio Ceará - de onde tiram os peixes e mariscos para subsistência - os últimos 1.200 tapeba, liderados pelo cacique Francisco Alves Teixeira, querem a expulsão dos posseiros e a garantia de demarcação de suas terras. Para eles, a única chance de fugir à miséria absoluta está expressa na demarcação de 4.500 hectares, onde pretendem plantar o suficiente para manutenção da tribo. "A terra é nossa mãe", considera o cacique.

Segundo Francisco Teixeira, antes que os brancos expulsassem os índios de suas terras, os tapeba eram donos de quase 60 mil hectares - que incluíam uma parte da Serra de Maranguape e se estendia até Uruburetama. "Hoje a gente não tem terra, o rio está poluído e nós temos que vender artesanato para poder comer", lamenta.

O POVO **SOCIAL** sexta-feira, 23/04/93

CAMPANHA PELA DEMARCAÇÃO DAS TERRÁS INDÍGENAS NO CEARÁ



APOIE A LUTA DESTES POVOS

GENIPAPO - CANINDÉ
PITAGUARI
TAPEBA
TREMEMBÉ

DIAS 22, 23 E 24 DE ABRIL
O DIA TODO NA PRAÇA
JOSÉ DE ALENCAR
ARTESANATO
MEDICINA INDÍGENA
DANÇAS
TORÉ - TOREM

Apoio: Fundação Demócrito Rocha

Entidades lutam pela preser

Desertificação atinge 25% do

vação da natureza

semi-árido nordestino

Noysia Rocha

O processo de desertificação do semi-árido nordestino - possui área total de 900 quilômetros quadrados, representando 54% do Nordeste e 11% do território brasileiro - atinge hoje 230 mil quilômetros quadrados (25%) respondendo por prejuízo anual de Us$ 360 milhões. Os dados fazem parte do Diagnóstico Sócio-Ambiental do Nordeste, apresentado ontem pelo presidente da Fundação Rio Parnaíba (Furpa), Francisco Soares, durante reunião com o presidente da Comissão do Meio-Ambiente, do Consumidor e das Minorias da Câmara dos Deputados, Marco Penaforte (PSDB-Ce). Participaram do encontro entidades não governamentais que lutam pela preservação dos recursos naturais e direitos humanos.

Pedindo desculpas pelo atraso de uma hora e meia, Penaforte falou da importância da Comissão que, que pela primeira vez, tem um cearense na presidência. Diante dos dados da situação do semi-árido nordestino, ele prometeu agilizar projetos do interesse da região. "A floresta Amazônica e a Mata Atlântica sempre foram as vedetes" da luta pela preservação do meio-ambiente no Brasil.

A Comissão, formada por outros parlamentares, está realizando reuniões desde quinta-feira última nos Estados nordestinos. Penaforte explicou que considera "importante ouvir a sociedade organizada do Nordeste", principalmente no momento em que se fala numa revisão constitucional no final do ano. "Há um perfil conservador no Congresso Nacional", alertou o parlamentar, que entende que a questão do meio ambiente deve vir associada ao desenvolvimento social. "Não existe crime ecológico maior do que a miséria", destacou, acrescentando que cerca de 35 milhões da população nordestina vivem no semi-árido.

INDÚSTRIA RENTÁVEL

Para Soares, o processo de desertificação do Nordeste é um fato consumado. Ele cita fatores que contribuem para isso como seca, degradação do solo e práticas agrícolas que adotam modelos prejudiciais à região. Os 230 mil quilômetros quadrados afetados atingem população de 2,6 milhões. Falou da pesca predatória e criticou o modelo de desenvolvimento do turismo, sobretudo o praticado no Ceará. "As populações dos pescadores são expulsos dos seus locais de trabalho", contribuindo para inchar as favelas nos centros urbanos.

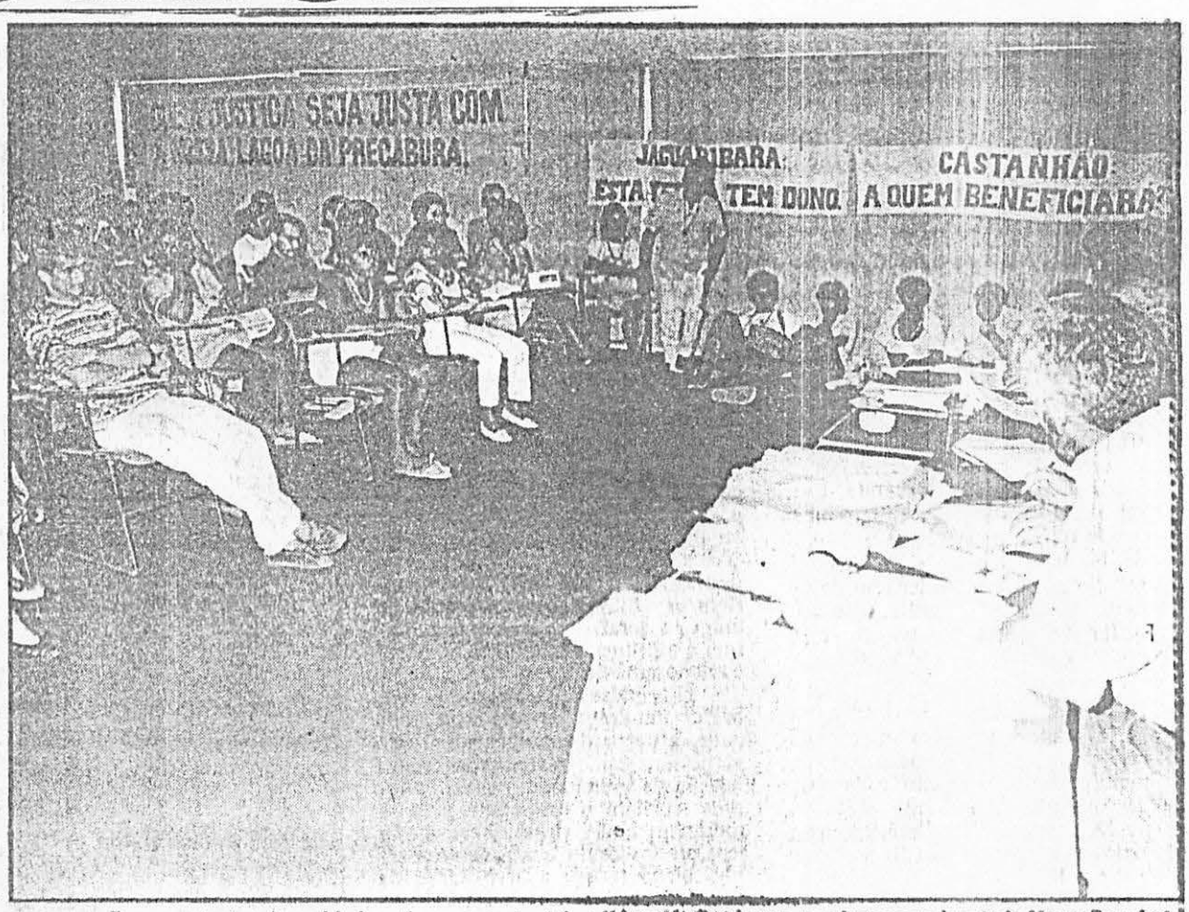
A indústria da seca existe, assegura Soares, referindo-se à prática clientelista e paternalista da política que não busca solução para os problemas da região do semi-árido. "Vale mais garantir a seca do que contemplar uma solução definitiva para a região onde o subsolo é rico em recursos hídricos", observa. "A seca erradicada, com certeza, vai desempregar muitos políticos nordestinos que vivem das frentes de serviços", afirmando que o Dnocs e a Sudene são utilizados apenas como instrumentos para garantir a indústria da seca.

DN Forta

O SEU CADERNO METROPOLITANO — DIÁRIO DO NORDESTE

Grande leza

Fortaleza, 20/06/93



Representantes de entidades não governamentais e líderes indígenas se reuniram com deputado Marco Penaforte

IDENTIDADE

Participaram da reunião representantes das comunidades indígenas Tremembé,. Tapepa, Genipapo-Canindé e Pitaguary, e da Lagoa Precabura. O cacique da tribo dos Tremembé, localizada em Almofala, Vicente Viana Damasceno, denuncia a agressão que os índios sofrem por parte dos posseiros. A Fundação Nacional do Índio (Funai) já fez o levantamento da terra e demarcou 5,9 mil hectares para os cerca de três mil indígenas.

Elisabete da Silva Cruz, da comunidade Tapeba (Caucaia), diz que a discriminação começa na escola quando as diretoras não querem admitir a identidade dos filhos dos Tapeba. "Diz que esses índios não existem", reclama. Dos 18 hectares iniciais só restam 4,6 hectares para os mais de dois mil Tapebas, que vivem do trabalho do artesanal, da caça e da pesca.

Os Pitaguary que residem no Maracanaú também lutam por um pedaço de terra e ainda sequer deram entrada no pedido de posse da terra, apesar de terem registro da mesma. O cacique Eduardo da Silva acusa os brancos de terem tomado a terra dos índios. A luta da população da Precabura, no momento, é entrar com recurso para suspender a liminar concedida pelo desembargador Carlos Facundo, que anula a determinação do juiz de Aquiraz garantindo a preservação da lagoa na sua integridade.